

PRONUNCIAMENTO DO EXCELENTÍSSIMO

SENHOR PRESIDENTE DA

ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL,

DOUTOR MARIO GARNERO,

POR OCASIÃO DA ENTREGA DO

“PRÊMIO DE DIREITOS HUMANOS

DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-BRASIL, 1999”

São Paulo, 26 de maio de 2000

Em sua primeira edição o prêmio homenageou, em caráter de aclamação, o então Secretário Nacional dos Direitos Humanos e hoje Ministro da Justiça, Dr. José Gregori.

Nosso maior orgulho, no entanto, foi ter coordenado o apoio de diferentes segmentos da sociedade civil brasileira à candidatura do Dr. Gregori ao Prêmio das Nações Unidas dos Direitos Humanos.

Esta honraria tem estatura semelhante à de um Prêmio Nobel, mas é ainda mais exclusiva, já que é concedida apenas uma vez a cada cinco anos pela ONU em Nova York.

A merecida escolha do nome do Dr. Gregori pela comunidade internacional teve ainda mais brilho, pois se dava no marco das comemorações dos 50 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – o que muito honrou ao Brasil e aos brasileiros.

Hoje, em sua segunda edição, a comissão julgadora, composta de representantes de diferentes setores da vida brasileira, distingue com o prêmio da Associação indivíduos e instituições que pela educação, pelo exemplo, pela estatuta moral, pela trajetória de vida, promovem os direitos humanos no Brasil.

Excelentíssimo Senhor ... (Nominata)

Para mim é um prazer todo especial dirigir a palavra às Senhoras e aos Senhores numa ocasião tão importante, a entrega do Prêmio 1999 da Associação da Nações Unidas – Brasil.

As muitas instituições hoje aqui representadas, e o conjunto de nomes que fizeram de sua missão de vida a defesa dos direitos civis e políticos no Brasil, engrandecem e realçam o alcance deste momento.

A Associação das Nações Unidas-Brasil, que tenho a honra de presidir, já conta dois anos desde sua inauguração, aqui mesmo neste Parlatino, com a presença do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

Nesse período, na tarefa de aproximação entre a sociedade civil e os objetivos previstos na Carta das Nações Unidas, quisemos dedicar uma atenção toda especial ao tema dos direitos humanos.

Além da participação numa série de iniciativas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e egualitária no Brasil, fizemos questão de formular um prêmio que reconhecesse o valor e o esforço daqueles que obram em prol da pessoa humana.

Senhoras e Senhores,

O tema dos direitos humanos ocupa um lugar central na atenção dos brasileiros, e isso se deve a múltiplas razões, múltiplas "linguagens", múltiplos "tempos", se me permitem a metáfora.

A gramática dos direitos humanos conjuga, no tempo "presente", o legado que recebemos do passado e a tarefa de construirmos o futuro.

Olhando para trás, cabe-nos resgatar e compreender um passado recente, que no campo do respeito à pessoa humana deixou tantas cicatrizes na família latino-americana; na família brasileira.

Feridas abertas em nossa história comum pela cessação do diálogo; pela apologia da intolerância; pela exceção e exclusão política.

É fundamental para o Brasil poder voltar os olhos para si próprio. Apenas a transparência e o esclarecimento poderão deixar definitivamente para trás um passado de graves violações aos direitos humanos.

E esse exame não pode ser alimentado pelo revanchismo ou pelo mesmo ódio que tanta dor causou.

Esta é a tarefa a que o Dr. Gregori tem dedicado parte importante de sua vida. É o desafio a que se tem lançado com coragem na condição de Secretário Nacional dos Direitos Humanos e agora como Ministro da Justiça.

Devemos rever o que passou com espírito construtivo e democrático, para que possamos erigir uma sociedade onde o abuso dos direitos humanos é traço de um passado que não é e nem pode ser esquecido, mas cuja memória impede que se repita para sempre.

Creio que hoje essa seria a pregação de Dom Hélder Câmara, a quem aqui rendemos homenagem, como herói das causas sociais e da resistência democrática no Brasil; homem que fez do primado da solidariedade e da compreensão a razão de sua existência.

Senhoras e Senhores,

Vivemos tempo de valores e problemas globalizados, interdependentes e multidisciplinares – palavras às vezes rebuscadas

que utilizamos para dizer que o mundo é cada vez menor e que "tudo se relaciona com tudo".

Neste mundo do novo milênio, a questão dos direitos civis e políticos não é somente o imperativo moral que deve pautar a condição da pessoa humana.

É também - e isso tenho de reconhecer como empresário e cidadão --, uma das mais indispensáveis bases para o florescimento dos negócios; para a promoção dos investimentos; para o avanço econômico.

Respeitar os direitos humanos é assim mais do que uma demanda ética. É uma pré-condição para a competitividade, já que a própria roupagem dos direitos humanos é tecida na saúde, na educação, na igualdade de oportunidades.

E nesse sentido, Senhoras e senhores, afirmo que um dos mais preciosos direitos humanos é o direito ao desenvolvimento. É por esse caminho que devemos trilhar.

O reverso dessa medalha, o "de que o subdesenvolvimento é a maior violação dos direitos do homem", é lição que há muito me foi

ensinada por um Mestre do Direito e da Vida, decano de toda uma geração de homens públicos no Brasil; um Professor chamado André Franco Montoro, que hoje, emocionado, vejo este Prêmio justamente homenagear.

Promover os direitos humanos é, assim, mais do que produzir detalhadas legislações – embora essas sejam indispensáveis. Ou mesmo praticar a assistência social – embora essa seja uma das mais belas dimensões do espírito e da ação do homem.

Combater a pobreza; eliminar as formas de discriminação de raça, credo e gênero; incentivar a participação sócio-política do jovem e do idoso são coisas que se fazem nos alicerces de uma economia que se expande e moderniza, e assim passa a agregar parcelas cada vez maiores da população.

Mais uma vez, Senhoras e senhores, reafirmo minha crença na relação indissociável entre os direitos humanos e o direito ao desenvolvimento. É daí que parte nossa perspectiva para o futuro.

Essa ponte que temos de lançar para o futuro é construída todos os dias pelo Programa de Alfabetização Solidária e pela

Agência Nacional dos Direitos da Infância, hoje premiados como Entidades de Ação Pública e Privada.

Liderado pela Professora e Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, Dra. Ruth Cardoso, o Programa de Alfabetização desenvolve, de forma criativa e inovadora, parcerias com empresas, universidades, pessoas físicas, prefeituras e o Ministério da Educação, contra esse inimigo terrível dos direitos humanos e do desenvolvimento social e econômico que é o analfabetismo.

Em igual medida atua a Agência Nacional dos Direitos da Infância. Voltada à fase mais decisiva da formação do caráter da pessoa humana, a ANDI concentra-se na criança e no adolescente para substituir o desconhecimento sobre o valor dos direitos humanos pela conscientização civil e democrática. Poucas atividades poderão ser mais nobres do que esta.

Senhoras e senhores,

Quero concluir essas minhas palavras, com um sentido de agradecimento e reverência, a essa figura-síntese do diálogo, do

entendimento e da tolerância no Brasil que é Dom Paulo Evaristo  
Ams.

Personalidade do Ano do Prêmio de Direitos Humanos –  
embora homenagem ainda mais justa deveria conferir-lhe o título de  
“Personalidade de Décadas” ou “Personalidade de Gerações”, Dom  
Paulo existe, como homem e agente social, para a defesa apaixonada  
dos direitos humanos.

Nunca se apequenou, mesmo ante a mais temida ameaça, na  
proteção à pessoa humana.

Quando o mais prudente talvez fosse calar ante violações e  
abusos, ouvíamos a voz de Dom Paulo. Era voz de denúncia, sim;  
mas era também voz de construção, de determinação em mudar o  
estado de coisas, de mudar o Brasil.

Quando a escuridão mais profunda do regime de exceção  
talvez sugerisse a conivência e apatia, a aceitação de um “Brasil,  
nunca mais”, inspirávamo-nos no exemplo de Dom Paulo para  
perseverar de “Esperança em Esperança”, seu lema de vida; palavras  
inscritas em seu coração.

É assim, Senhoras e senhores, como nos ensina Dom Paulo, que de "Esperança em Esperança", mas também de "Ação a Ação", vamos buscar o desenvolvimento econômico e o pleno respeito aos direitos humanos em nosso País.

Por meio de seu exemplo, Dom Paulo, lancemo-nos com afinco a construir um "Brasil, para sempre".

Muito obrigado.